

CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ



Relatório e Contas do Exercício de 2018

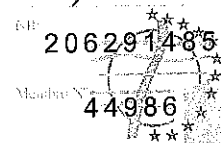
CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500953171
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	945 402,77	973 620,82
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.15	2 027,78	1 325,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		947 430,55	974 946,30
Ativo corrente			
Inventários	6	1 620,60	6 774,54
Créditos a receber	12.2	7 798,63	4 152,22
Estado e outros entes públicos	12.8	3 016,01	1 898,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.1	23 408,00	18 836,00
Diferimentos	12.4	1 823,06	0,00
Outros ativos correntes	12.3	18 692,92	32 180,80
Caixa e depósitos bancários	12.5	9 147,86	12 398,60
		65 507,08	76 241,02
Total do ativo		1 012 937,63	1 051 187,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	48 815,30	48 815,30
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	231 403,36	212 925,94
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	589 318,84	611 092,77
		869 537,50	872 834,01
Resultado líquido do período		-62 340,64	18 477,42
Total dos fundos patrimoniais		807 196,86	891 311,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	44 456,89	19 092,02
Estado e outros entes públicos	12.9	19 704,57	20 095,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	12.9	141 579,31	120 688,41
		205 740,77	159 875,89
Total do passivo		205 740,77	159 875,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 012 937,63	1 051 187,32

A Direção
Sónia Dias
Wafarica Pedro
Sara Agostinho
José Manuel Boqueirão Aímem

O responsável
Helder Gonçalves



CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

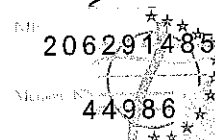
Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	242.226,28	237.141,58
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.10	561.240,86	603.627,15
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	56.201,49	56.886,71
Fornecimentos e serviços externos	12.11	84.773,31	78.676,67
Gastos com o pessoal	10	722.476,19	694.737,72
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	3.235,62
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.12	43.405,07	42.488,99
Outros gastos	12.13	14.452,58	364,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-31.031,36	49.356,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	31.306,58	30.879,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-62.337,94	18.477,42
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.14	2,70	0,00
Resultados antes de impostos		-62.340,64	18.477,42
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-62.340,64	18.477,42

Sónia Divóias
Luísa Agostinho
Sara Agostinho

Helder Louçã



Entidade: CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
método directo			
Fluxos de caixa das actividades Operacionais			
- Recebimentos de clientes e utentes		238.579,87 €	235.098,55 €
- Pagamentos de subsídios			
- Pagamentos de apoios			
- Pagamentos de bolsas			
- Pagamentos a fornecedores		- 113.407,62 €	- 152.211,83 €
- Pagamentos ao pessoal		- 701.042,50 €	- 693.839,09 €
Caixa gerada pelas operações ...		575.870,25 €	610.952,37 €
- Pagam./recebim. do imposto s/ rendimento			
- Outros recebimentos/pagamentos		573.282,44 €	600.911,99 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2.587,81 €	10.040,38 €
Fluxos de caixa das actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
- Activos fixos tangíveis			- 445,57 €
- Activos intangíveis			
- Investimentos financeiros		- 660,23 €	- 454,26 €
- Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
- Activos fixos tangíveis			
- Activos intangíveis			
- Investimentos financeiros			
- Outros activos			
- Subsídios ao investimento			
- Juros e rendimentos similares			
- Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		660,23 €	899,83 €
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
- Financiamentos obtidos			
- Realizações capital e de outros instrumentos capital próprio			
- Cobertura de prejuízos			
- Doações			
- Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamentos obtidos			
- Juros e gastos similares		- 2,70 €	
- Dividendos			
- Reduções de capital e de outros instrumentos capital próprio			
- Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2,70 €	€
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3.250,74 €	10.940,21 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.398,60 €	23.338,81 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.147,86 €	12.398,60 €

Sónia Dias
 para a Direcção
 Sara Agostinho
 Mariana Peço

Helder Gonçalves 206291485
 OCC
 44986

**CASA DO POVO DO CONCELHO DE
LOURINHÃ**

Anexo

2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	11
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6	Inventários	13
7	Rédito	13
8	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
12	Outras Informações.....	15
12.1	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
12.2	Créditos a receber.....	15
12.3	Outros ativos correntes.....	15
12.4	Diferimentos	16
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.6	Fundos Patrimoniais.....	16
12.7	Fornecedores	16
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	17
12.9	Outros passivos correntes.....	17
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.11	Fornecimentos e serviços externos.....	18
12.12	Outros rendimentos.....	18
12.13	Outros gastos	18
12.14	Resultados Financeiros.....	19
12.15	Investimentos Financeiros	19
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	19

1 Identificação da Entidade

A “CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 180/97 de 6 de Agosto, Série III, com sede em Rua João de Barros, Nº1 - Lourinhã. Tem por finalidade e objetivos principais a criação e manutenção de obras de âmbito social e cultural com a participação dos interessados, designadamente nos setores da Infância, Juventude e Terceira Idade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- a) Creches, Jardins de Infância e A.T.L.
- b) Centros de Dia
- c) Lares para Idosos
- d) Apoio Domiciliário
- e) Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, informa que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que

se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	51.487,91					51.487,91
Edifícios e outras construções	1.440.830,75					1.440.830,75
Equipamento básico	17.798,28					17.798,28
Equipamento de transporte	4.249,98					4.249,98
Equipamento administrativo	247.985,56	445,57				248.431,13
Outros Ativos fixos tangíveis	50.546,81					50.546,81
Total	1.812.899,29	445,57	0,00	0,00	0,00	1.813.344,86
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	495.951,56	28.920,57				524.872,13
Equipamento básico	14.057,35					14.057,35
Equipamento de transporte	1.062,50	425,00				1.487,50
Equipamento administrativo	247.727,02	1.393,87				249.120,89
Outros Ativos fixos tangíveis	50.046,04	140,13				50.186,17
Total	808.844,47	30.879,57	0,00	0,00	0,00	839.724,04

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	51.487,91					51.487,91
Edifícios e outras construções	1.440.830,75					1.440.830,75
Equipamento básico	17.798,28					17.798,28
Equipamento de transporte	4.249,98					4.249,98
Equipamento administrativo	248.431,13	1.266,90				249.698,03
Outros Ativos fixos tangíveis	50.546,81	1.821,63				52.368,44
Total	1.813.344,86	3.088,53	0,00	0,00	0,00	1.816.433,39
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	524.872,13	28.920,57				553.792,70
Equipamento básico	14.057,35	0,00				14.057,35
Equipamento de transporte	1.487,50	425,00				1.912,50
Equipamento administrativo	249.120,89	1.442,46				250.563,35
Outros Ativos fixos tangíveis	50.186,17	518,55				50.704,72
Total	839.724,04	31.306,58	0,00	0,00	0,00	871.030,62

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.460,40	64.622,10	0,00	6.774,54	52.028,36	0,00	1.620,60
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	3.460,40	64.622,10	0,00	6.774,54	52.028,36	0,00	1.620,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				56.886,71			56.201,49
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	234.794,18	229.723,86
Serviços Secundários	7.432,10	7.417,72
Total	242.226,28	237.141,58

8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, não existiram provisões.

Passivos / Ativos contingentes

Nos períodos de 2016 e 2017, não existiram passivos nem ativos contingentes.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	541.065,86	583.638,73
Infância e Juventude	529.003,74	571.638,73
Creche	369.467,77	371.242,30
Pré-Escolar	150.651,17	200.396,43
Compensação Financeira Educadoras	8.884,80	0,00
Utilização das n/Instalações - Renda	12.000,00	12.000,00
IEFP	62,12	5.588,42
Estágio Profissional	0,00	5.588,42
CEI	62,12	0,00
Apoios do Governo		
Autarquia	20.175,00	14.400,00
Total	561.240,86	603.627,15

Na rubrica subsídios do ISS – Centro Distrital, consta o valor de 8.884,80 euros, referente à compensação financeira do diferencial remuneratório 201/2018, que irá ser recebido entre janeiro e dezembro de 2019, estando relevado na conta devedores por acréscimos de rendimentos conta 27216.

Os subsídios do IEFP dizem respeito à medida contrato emprego-inserção.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente “5” e “5”. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de “51” e em 31/12/2017 foi de “53” (inclui 1 pessoa que realizou um estágio profissional até 31/08/2017).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	583.475,93	561.101,89
Indemnizações	4.263,80	3.757,18
Encargos sobre as Remunerações	129.568,26	123.958,66
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.818,20	5.113,68
Outros Gastos com o Pessoal	1.350,00	806,31
Total	722.476,19	694.737,72

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	23.408,00	18.836,00
Total	23.408,00	18.836,00
Passivo		
Total	0,00	0,00

12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	6.094,76	2.448,35
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	29.932,99	29.932,99
Total	36.027,75	32.381,34

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes		
Utentes	-28.229,12	-28.229,12
Total	-28.229,12	-28.229,12

12.3 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	8.884,80	22.372,68
Outros Devedores	9.808,12	9.808,12
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	18.692,92	32.180,80

12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	1.823,06	
Total	1.823,06	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	499,81	909,92
Depósitos à ordem	8.648,05	11.488,78
Total	9.147,86	12.398,60

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	48.815,30	0,00	0,00	48.815,30
Resultados transitados	212.925,94	18.477,42	0,00	231.403,36
Outras variações nos fundos patrimoniais	611.092,77	0,00	21.773,93	589.318,84
Total	872.834,01	18.477,42	0,00	869.537,50

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	44.456,89	19.092,02
Total	44.456,89	19.092,02

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
Fundos Compensação (FCT/FGCT)	0,00	10,17
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.016,01	1.888,69
Total	3.016,01	1.898,86
Passivo		
Retenções s/ trabalho dependente	2.813,00	4.256,00
Retenções s/ trabalho independente	27,35	0,00
Fundos Compensação (FCT/FGCT)	56,44	10,12
Segurança Social	16.807,78	15.829,34
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	19.704,57	20.095,46

12.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		1.212,95		575,30
Adiantamentos de Utentes		200,00		
Credores por acréscimo de gastos		138.725,72		119.383,90
Outros credores		1.440,64		729,21
Total	0,00	141.579,31	0,00	120.688,41

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	561.240,86	603.627,15
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	561.240,86	603.627,15

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	33.950,01	28.136,87
Materials	708,72	1.808,02
Energia e fluidos	26.306,51	23.260,20
Deslocações, estadas e transportes	0,50	0,00
Serviços diversos	6.608,49	7.365,60
Encargos c/ utentes	17.199,08	18.105,98
Total	84.773,31	78.676,67

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Descontos de pronto pagamento obtidos	37,01	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.935,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	41.433,06	42.488,99
Total	43.405,07	42.488,99

12.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	0,13	0,00
Outros Gastos e Perdas	14.452,45	364,01
Total	14.452,58	364,01

Na Rubrica outros gastos e perdas estão contabilizadas na conta 68812 (correções de exercícios anteriores – Reposição de acordos ISS), as reposições do ISS – Centro Distrital relativos ao ano de 2017, no valor de 13.246,62 euros.

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2,70	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	2,70	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-2,70	0,00

12.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros	2.027,78	1.325,48
Total	2.027,78	1.325,48

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela direcção em 27 de março de 2019.

Lourinhã, 27 de março de 2019

O Contabilista Certificado Nº 44986

A Direcção

Helder Correia
 206291485
 44986

Sónia Oliveira
 Vitor Agostinho

**PARECER DO CONSELHO
FISCAL**

DA

**CASA DO POVO DO
CONCELHO DA LOURINHÃ**

EXERCICIO DE 2018

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores associados,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V. Exas. o parecer sobre o Relatório de Gestão da “CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ” subscrito pela direcção e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço Analítico, a Demonstração de Resultados Líquidos, o correspondente Anexo e a Demonstração de Fluxos de Caixa, referentes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

Acompanhámos ao longo do exercício a atividade da Instituição com a regularidade considerada necessária e obtivemos as informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

O relatório apresentado pela direcção caracteriza a actividade desenvolvida e perspetiva a evolução previsível da Instituição.

Tendo em consideração a Certificação Legal de Contas e as considerações atrás expostas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pela direcção.
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado apresentada pela direcção.

Por último, pretendemos expressar à direcção o reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lourinhã, 27 de Março de 2019

Presidente do Conselho Fiscal

Dona Agostinho



ACTAS

Folha 22

Acta nº 67

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e dezanove, reuniram os sócios da Cada do Povo do Concelho da Lourinhã, constantes da relação Anexo I e que faz parte integrante da presente ata, nas instalações do Jardim de Infância da Marteleira, em Assembleia Geral Ordinária, sendo a Mesa constituída pela presidente senhora Sílvia Catarina Duarte Ferreira e pela secretária Raquel Sofia Pereira Filipe, e na ausência do primeiro secretario Válder Silva Luís, foi solicitada a presença na mesa de um sócio presente voluntariando-se a sócia senhora Maria de Lurdes Martins Pereira Lopes, composta a mesa, a presidente deu inicio à seguinte:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

PONTO PRIMEIRO – Discussão e votação da conta de gerência do Exercício de 2018.

PONTO SEGUNDO – Outros assuntos de interesse para a instituição-----

Após a leitura da convocatória, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos, tendo-se verificado o seguinte:-----

Quanto ao ponto primeiro, a conta da gerência, depois de devidamente discutida foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, e tendo ainda sido deliberado, transferir o Resultado Líquido do Exercício, para Resultados Transitados.-----

Quanto ao ponto segundo não houve intervenções.-----

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão e para constar lavrada a presente ata, que depois de lida em voz alta foi aprovada e vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

Sílvia Catarina Duarte Ferreira
Raquel Sofia Pereira Filipe
Maria de Lurdes Martins Pereira Lopes

Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2018

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da **CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ**, submetemos à apreciação dos associados, o presente **RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS** referente ao ano de **2018**.

De referir que o presente relatório diz respeito ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

A atividade da Instituição evoluiu de forma muito negativa no exercício de 2018, na medida em que foi obtido um resultado negativo de 62.340,64 €, traduzindo-se num Cash Flow negativo de 52.807,99 €, ou seja a instituição reduziu o seu ativo de curto prazo em 10.733,94 euros, aumentou o ativo de médio e longo prazo no valor de 3.790,83 euros e aumentou o seu passivo de curto prazo em 45.864,88 euros.

Todos os indicadores de curto prazo tiveram uma evolução insatisfatória e demonstram que a tesouraria da Instituição não se encontra equilibrada, uma vez que os ativos de curto prazo só cobrem 32% do passivo de curto prazo.

A instituição não se encontra equilibrada financeiramente, uma vez que os capitais permanentes são insuficientes para o financiamento dos ativos a médio e longo prazo, não existindo fundo de maneiio na instituição.

ANALISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os rendimentos totais obtidos em 2018 foram na ordem dos 846.872,21 €, os quais diminuíram 4%, em relação ao ano anterior.

Os gastos totais suportados em 2018 foram na ordem dos 909.212,85 €, os quais aumentaram 5% em relação ao ano anterior.

Na valência Creche - Marteleira o resultado apurado foi negativo no valor 31.474,06 €. Os rendimentos anuais diminuíram 5% em relação ao ano anterior e ascenderam a 232.873,25 €. Os gastos anuais aumentaram 7% e ascenderam a 264.347,31 €, dos quais destacamos os consumos no valor de 14.973,32 €, os fornecimentos e serviços externos no valor de 18.679,91 €, os gastos com o pessoal no valor de 217.720,67 €, as depreciações no valor de 7.992,96 € e os outros gastos e perdas no valor de 4.979,37€.

Na valência Pré Escolar - Marteleira o resultado apurado foi negativo no valor 44.215,69 €. Os rendimentos anuais diminuíram 16% em relação ao ano anterior e ascenderam a 261.302,81 €. Os gastos anuais aumentaram 4 % e ascenderam a 305.518,50 €, dos quais destacamos os consumos no valor de 20.139,58 €, os fornecimentos e serviços externos no valor de 29.351,04 €, os gastos com o pessoal no valor de 234.828,51 €, as depreciações no valor de 9.018,91 € e os outros gastos e perdas no valor de 9.018,91€.

Na valência Creche - Lourinhã o resultado apurado foi negativo no valor 19.245,18 €. Os rendimentos anuais aumentaram 5% em relação ao ano anterior e ascenderam a 311.390,67 €. Os gastos anuais aumentaram 5 % e ascenderam a 330.635,85 €, dos quais destacamos os consumos no valor de 21.088,59 €, os fornecimentos e serviços externos no valor de 28.582,98 €, os

gastos com o pessoal no valor de 269.927,01 €, as depreciações no valor de 10.718,88 € e os outros gastos e perdas no valor de 318,39€.

Na valência sede o resultado apurado foi positivo no valor 32.594,29 €. Os rendimentos anuais aumentaram 38% em relação ao ano anterior e ascenderam a 41.305,48 €. Os gastos anuais aumentaram 7 % e ascenderam a 8.711,19 €, dos quais destacamos, os fornecimentos e serviços externos no valor de 8.159,38 €, as depreciações no valor de 415,90 € e os outros gastos e perdas no valor de 135.91€.

A Instituição em 31 de Dezembro detém em seu poder os seguintes bens e direitos:

- Ativos Fixos Tangíveis no valor de total de 945.402,77 €
- Investimentos Financeiros no valor de 2.027,78 €
- Inventários no valor de 1.620,60 €
- Dívidas de Utentes no valor de 7.798,63 €
- Estado e Outros Entes Públicos no valor de 3.016,01 €
- Fundadores/Beneméritos/Doadores no valor de 23.408,00 €
- Diferimentos no valor de 1.823,06 €
- Outros Ativos Correntes no valor de 18.692,92 €
- Dinheiro e depósitos bancários no valor de 9.147,86 €

A Instituição em 31 de Dezembro detém as seguintes obrigações:

- Fornecedores no valor de 44.456,89 €
- Estado e Outros entes Públicos no valor de 19.704,57 €
- Outros passivos correntes no valor de 141.579,31 € (férias dos empregados referentes ao ano de 2018 a gozar em 2019 no valor de 93.355,05 Euros)

INVESTIMENTOS

O investimento direto atingiu em 2018 o montante de 3.088,53 €, nomeadamente:

- **Bomba de calor aquapura monobloco 250 Inox**
- **Mobiliário**

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram quaisquer factos relevantes.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

Prevê-se que o nível de atividade se mantenha em relação ao ano anterior, no entanto irá existir um aumento nos gastos com o pessoal, pois o salário mínimo mensal aumentou 23€.

É previsível a muito curto prazo alguma melhoria das comparticipações da segurança social, face à estagnação que se verifica nos últimos anos..

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

A Direção propõe que o resultado do período negativo do exercício de 2018, no valor de 62.340,64 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados -62 340,64 €

NOTA FINAL

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Instituição.

A todos os trabalhadores e voluntários que contribuíram para o desempenho da Instituição, com o seu profissionalismo e dedicação, a Direção expressa o seu agradecimento.

Lourinhã, 26 de Março de 2019

A Direção,
Sónia Oliveira
Sara Agostinho
José Miguel Boquilha Martins